



ACÓRDÃO Nº632/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11362/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – Urucaraprev.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Antonio Carlos Monteiro Fonseca (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7076/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – URUCARAPREV. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Antonio Carlos Monteiro Fonseca**, responsável pelo Urucaraprev, no curso do exercício 2018.

10.2. Aplicar Multa com fundamento no art. 54, VII, da LO-TCE/AM c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM e em razão das irregularidades inerentes aos achados 9 e 10 do Laudo Técnico Conclusivo n. 42/2019-DICERP, ao **Sr. Antonio Carlos Monteiro Fonseca** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a” da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



ACÓRDÃO Nº632/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à atual gestão do Urucaraprev a adoção das melhorias inerentes aos achados 4, 5, 9 e 10 do Laudo Técnico Conclusivo n. 42/2019-DICERP, de maneira que as falhas identificadas sejam corrigidas ou não mais ocorram;

10.4. Dar ciência do desfecho dos autos ao **Sr. Antonio Carlos Monteiro Fonseca** e à atual gestão do Urucaraprev.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de Junho de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral